



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da 306ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, realizada no dia 24 de abril de 2013.**

Realizou-se no dia 24 de abril de 2013, às 09h00, na Sala de Reuniões do Conselho, Prédio 6 da SMA/CETESB, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, a 306ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Compareceram os conselheiros: **Bruno Covas, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Rubens Naman Rizek Jr., Maria Auxiliadora Assis Tschirner, Simone Aparecida Vieira, João Carlos Cunha, Olavo Reino Francisco, Marcelo Pereira Manara, Alberto José Macedo Filho, Jorge Hamada, Ronaldo Severo Ramos, Olavo Coutinho Nogueira, Daniel Teixeira de Lima, Andrea Nascimento, Antonio Abel Rocha da Silva, Antônio Carlos de Freitas Júnior, José Ricardo Franco Montoro, Paulo Roberto Dallari Soares, Yara Cunha Costa, Antônio Elian Lawand Junior, Ana Cristina Pasini da Costa, Jeferson Rocha de Oliveira, Flávio de Miranda Ribeiro, Mário Imura, Daniel Glaessel Ramalho, Zuleica Maria de Lisboa Perez, Felipe de Andréa Gomes, Rubens Nicaretta Chemin, Dimitri Auad, Daniel Smolentzov, Rui Brasil Assis, Luiz Ricardo Viegas de Carvalho, Ricardo Luiz Pires Boulhosa, André Graziano, Romeu Luizatto Filho, Isabel Cristina Baptista, Rosa Ramos, Antônio Cesar Simão, Luiz Antônio Cortez Ferreira, Ademir Cleto de Oliveira, Cristina Maria do Amaral Azevedo, Pierre Ribeiro de Siqueira, Francisco Emilio Baccaro Nigro, Nelson Pereira dos Reis, Carlos Alexandre Ribeiro e o conselheiro honorário Prof. Paulo Nogueira-Neto.** Constavam do Expediente Preliminar: 1. Aprovação da Ata da 305ª Reunião Plenária Ordinária; 2. Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva; 3. Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. Constavam da Ordem do Dia: 1. EIA/RIMA do “Prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083) – Segmento entre as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes”, de responsabilidade da Concessionária Rota das Bandeiras, em Campinas e Valinhos (Proc. 100/2012); 2. EIA/RIMA do “Sistema Produtor São Lourenço – SPSL”, de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, em Ibiúna, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Embu Guaçu, Cotia, Vargem Grande Paulista, Itapevi, Jandira, Barueri, Carapicuíba e Santana do Parnaíba (Proc. 21/2010); 3. Comemoração dos 30 Anos do CONSEMA (alocuições de um integrante do primeiro grupo de conselheiros e do atual presidente do Conselho, entrega de brinde comemorativo etc.). O **Presidente do CONSEMA, Secretário Bruno Covas**, declarou abertos os trabalhos da reunião e submeteu à votação, nos termos regimentais, a ata da 305ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA, que foi aprovada. Passou-se às comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva. O **Secretário-Executivo, Germano Seara Filho**, informou que passava a integrar o Conselho o Sr. José Ricardo Franco Montoro, como membro titular, na qualidade de representante do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais-SEAQUA, em complementação ao mandato de Nerea Massini. O **Presidente do CONSEMA** saudou e declarou empossado o novo conselheiro e passou, ato contínuo, aos assuntos de urgência e inclusões na Ordem do Dia. O conselheiro **Jeferson Rocha de Oliveira** justificou sua ausência na última reunião, em razão do fato de estar participando do Encontro Nacional do Diálogo Florestal, no município de Atalanta, no Estado de Santa Catarina, ocasião em que teve a oportunidade de visitar um projeto de reflorestamento na região. Informou que no próximo dia 29 de abril ocorrerá, na Câmara Municipal de São José dos Campos, a segunda reunião referente ao zoneamento minerário do Vale do Paraíba, que está sendo promovido pela Frente Parlamentar liderada pelo Padre e Deputado Estadual Afonso



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Lovato. Passou então a palavra para a representante do Conselho Gestor da APA de Botucatu, **Maria Eduarda Machado Mendes**, que parabenizou o Conselho pelo trabalho desenvolvido ao longo dos seus 30 anos e fez votos de que continue a desenvolver o mesmo profícuo trabalho em defesa das causas ambientais do Estado de São Paulo. Alertou para o fato de o Plano de Manejo da APA de Botucatu se encontrar há oito meses em tramitação na Casa e comentou que essa demora para apreciá-lo impedia fossem tomadas as medidas necessárias ao adequado enfrentamento das demandas decorrentes dos problemas ambientais, posto se tratar de instrumento normativo imprescindível para o manejo ambiental da APA. Chamou atenção tanto para as fragilidades ambientais que a área possui – razão de ser de sua proteção – como para a quantidade e a relevância das demandas que a todo o tempo o Conselho Gestor da APA era instado a atender. Rogou ao Conselho que conferisse maior celeridade à análise do plano e informou que encaminhava ofício à Presidência do Conselho, requerendo formal posicionamento acerca desse pleito. O conselheiro **Marcelo Pereira Manara** festejou igualmente os 30 anos do CONSEMA, que qualificou de exemplar em relação aos demais conselhos ambientais brasileiros. Outrossim, propôs fosse incluída na pauta da próxima plenária a discussão sobre os aspectos e condições relacionados com a prevenção dos acidentes ambientais decorrentes dos intensos períodos de chuva que o Estado de São Paulo atravessa todos os anos durante alguns meses, de modo específico um debate técnico sobre a vulnerabilidade da Serra do Mar frente a eventos extremos. Lembrou evento semelhante ocorrido em 2008 no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, que deu lugar à formação de um grupo de trabalho técnico-científico, que congregou mais de cem profissionais vinculados a universidades e instituições de pesquisa, e que produziu, em menos de um ano, quatorze cadernos temáticos que demonstraram a relação de causa e efeito intrínseca à problemática analisada. Enfatizou que esses cadernos temáticos definiram vinte e três linhas de abordagem para sessenta e seis projetos prioritários no que tange à prevenção e ao enfrentamento dos relevantes acidentes ambientais decorrentes de enchentes. Estabeleceu correspondência entre essa situação no Vale do Itajaí e o que acontece no Vale do Paraíba, onde ano a ano situação semelhante volta a ocorrer, chegando a contabilizar até mesmo vítimas fatais. Mas, diversamente do que se verificou no Estado de Santa Catarina, nenhuma iniciativa é tomada. Enfatizou que o papel institucional do CONSEMA, acima de qualquer outro, é definir e implementar políticas públicas que façam frente a esses problemas. Alertou para o fato de o incidente de que recentemente foi protagonista a Petrobras possuir potencial para alcançar dimensões bem mais graves do que aquelas que efetivamente apresentou, motivo por que propunha constituísse ponto de pauta de uma próxima plenária o debate técnico acerca da vulnerabilidade da Serra do Mar frente a eventos climáticos extremos. Propôs, ainda, levando em conta reunião que ocorrerá no dia 29 de abril próximo na Câmara Municipal de São José dos Campos e outra que será levada a efeito em Taubaté e que debaterão o novo zoneamento minerário, que fosse atribuída à Comissão Temática de Mineração do CONSEMA a tarefa de apresentar estudo/relatório sobre a situação da revisão do zoneamento minerário do Vale do Paraíba prevista por resolução da SMA. O conselheiro **Jeferson Rocha de Oliveira** arrematou que talvez fosse oportuno somar a essa apresentação outra sobre o marco regulatório da mineração, em discussão em Brasília, pois este instrumento norteará o zoneamento minerário do Vale do Paraíba. A conselheira **Maria Auxiliadora Assis Tschirner** somou às dos demais suas felicitações pelo aniversário do CONSEMA. Outrossim, requereu fosse finalmente concluído o novo plano de saneamento da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, sob os auspícios do Governador Geraldo Alckmin. Enfatizou a dimensão que os entraves burocráticos assumem e os prejuízos que trazem à implementação das políticas públicas, como no caso que acabara de citar, e sublinhou a necessidade e urgência extremas de se implementar o mais





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

breve possível mencionado plano. O conselheiro **Antonio Abel Rocha da Silva** parabenizou a conselheira Maria Auxiliadora pela pertinente colocação, comemorou os 30 anos do Conselho e deu boas-vindas ao recém-empossado conselheiro José Ricardo Franco Montoro, a cujo pai se atribui a meritória criação do CONSEMA. O conselheiro **Daniel Smolentzov**, em sede de aparte concedido pelo conselheiro Abel, e em resposta à interpelação da representante do Conselho Gestor da APA de Botucatu, Maria Eduarda Machado Mendes, declarou que a regulamentação do Plano de Manejo em questão possuía aspectos deveras complexos, em especial do ponto de vista jurídico, uma vez que havia interferência da APA em propriedades privadas da região. Asseverou, no entanto, que a respectiva comissão permanecia responsabilmente debruçada sobre o tema. Na esteira do aparte concedido ao conselheiro Daniel, o também conselheiro **José Ricardo Franco Montoro** declarou-se homenageado pela confiança nele depositada pelo Governador Geraldo Alckmin, ao atribuir-lhe tão nobre múnus, e fez referência a questões ambientais que estavam na ordem do dia quando da criação do Conselho, em 1983, de modo particular a da Jureia-Itatins. Passou-se ao tema que inaugurava a Ordem do Dia, qual seja o Prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083) – Segmento entre as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes, de responsabilidade da Concessionária Rota das Bandeiras, em Campinas e Valinhos (Proc. 100/2012). Falou **Fernando Kertzman**, representante da GEOTEC, empresa de consultoria responsável pelo EIA/RIMA. **Kertzman** agregou seus festejos aos dos demais, pela razão tantas vezes referida, estendendo-os ao Secretário-Executivo do Conselho, Germano Seara Filho. Após abordar introdutoriamente o perfil de atuação da concessionária Rota das Bandeiras, comentou que a obra em discussão compõe, juntamente com outras, o programa de investimentos da empresa na região de Campinas. Situou em seguida, auxiliado por expedientes audiovisuais, o empreendimento em meio a seus limites geográficos, fornecendo dados respeitantes ao traçado, extensão e características predominantes do projeto, atribuindo especial atenção à ligação de seis quilômetros que une as rodovias Anhanguera e Bandeirantes. Destacou tratar-se o prolongamento de um trecho de alta velocidade, e localizou e descreveu cada um dos acessos que o projeto prevê. Descreveu em linhas gerais as nove obras de arte – no caso, viadutos – que, ao longo de seis quilômetros, comporão ao final a paisagem do empreendimento, e assinalou que esses viadutos contribuirão de modo efetivo para a redução de impacto da rodovia sobre a região. Elencou as medidas previstas para preservação do Rio Capivari, e declarou que os estudos consideraram, na determinação do traçado, aspectos dos meios biótico, socioeconômico e físico locais. Nesse contexto, pôs em destaque mapa de suscetibilidade ambiental, instrumento de que o EIA se utilizou para identificar com maior precisão as áreas mais sensíveis aos impactos da implantação da rodovia. Forneceu os itinerários dos traçados inicialmente cogitados e dados acerca de sua geometria e características dominantes, quantificou e situou as áreas a serem objeto de supressão da vegetação, e enumerou as razões que determinaram a opção pelo traçado B. Assegurou que o fluxo de veículos entre Campinas e Valinhos seria mantido nas atuais condições, e indicou visualmente as áreas de influência, conforme classificadas. Esclareceu que a área de influência direta do empreendimento compreendida uma faixa de quinhentos metros para cada lado, ao longo do traçado, com solo argilo-arenoso e suave, pouco propício à erosão. Sublinhou existirem já passivos ambientais na região, como lugares degradados e outros que recebem resíduos, que serão entretanto objeto de plano de recuperação. Assim, comentou, propõe-se o projeto, no âmbito das medidas compensatórias, a recuperar as matas e nascentes em áreas de mananciais, tudo a partir de detalhado mapeamento realizado e conforme regime de plantio que em linhas gerais descreveu, e ao final do qual contabilizará o plantio de quarenta e oito mil mudas. Novamente lançando mão de transparências, elencou as espécies de fauna predominantes na região, identificadas a



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

partir do uso de câmeras noturnas – cento e cinquenta e seis espécies de aves, doze de répteis e anfíbios e outras doze de ictiofauna (peixes), e noticiou a implantação de duas travessias de fauna em locais estrategicamente escolhidos. Ressaltou que a área que será impactada encontra-se toda ela antropizada, ocupada por chácaras e algumas moradias, e que a população afetada seria atendida por programas sociais pertinentes, num total de doze. Entre os impactos positivos do projeto, e que serão experimentados na fase de operação do empreendimento, destacam-se a redução de emissões atmosféricas, do fluxo de veículos, dos riscos de acidentes com produtos contaminantes e, enfim, a melhoria da qualidade de vida da população local. Trata-se – concluiu – de empreendimento pautado no melhor conceito de sustentabilidade e, atendidas as normas de controle ambiental na execução das obras, será possível mitigar eficazmente os impactos negativos, e a resultante na fase de operação será positiva, justificando assim a viabilidade ambiental da obra. Passou-se à discussão. O conselheiro **Marcelo Pereira Manara** indagou se fora realizado estudo de viabilidade com vistas à implantação de ciclovia ao longo da rodovia, e pleiteou que a CETESB fizesse figurar em seu parecer, enquanto condicionante para a emissão da licença prévia, a obrigatoriedade, pelo empreendedor, de implantação de uma central processadora de resíduos da construção civil junto ao empreendimento. **Fernando Kertzman** esclareceu, quanto ao primeiro questionamento, que, por tratar-se de uma rodovia de classe especial, na qual é desenvolvida alta velocidade, torna-se temerária a utilização de ciclovias, mesmo motivo por que a legislação em vigor obsta sua implantação em vias dessa categoria. Quanto ao segundo questionamento, informou que o consórcio tem lançado mão de estações móveis de processamento de resíduos, que permitem sejam estes triturados na obra mesma que os produziu. **Marcelo Pereira Manara** insistiu na proposta de apresentação, pelo empreendedor, de estudo de viabilidade de ciclovia, esclarecendo que o que perguntara era se tal estudo tinha sido feito ou não, e indagou se havia de fato empecilho legal ou se apenas o critério da conveniência de sua implantação é que determinara não fossem levados a efeito os referidos estudos. **Fernando Kertzman** ressaltou que talvez o conselheiro se referisse à rodovia diversa, posto haver outra demanda atinente à rodovia de responsabilidade do DER, junto ao Bairro Singer, onde, aí sim, era permitida a implantação de ciclovias. Respondendo à questão formulada pelo conselheiro **Antônio César Simão** acerca do que seria feito para prevenção de acidentes no transporte de produtos de alta periculosidade, **Fernando Kertzman** explicou que normalmente é observado o Plano de Gerenciamento de Risco – um plano de ação de emergência da Rodovia Rota das Bandeiras e, por sinal, um dos primeiros aprovados de acordo com as novas exigências da CETESB –, e, paralelamente, elaborado estudo de origem e destino da carga, mapeadas as drenagens que cortam a rodovia e identificada a existência ou não de captação a jusante da rodovia. A diretora e conselheira **Ana Cristina Pasini da Costa** observou que esses aspectos são cuidadosa e detalhadamente analisados pela CETESB, que possui equipe de emergência que atende eventuais acidentes, acompanha e verifica o que foi construído e se o foi de acordo com a proposta, ou seja, com tamanho suficiente para conter eventual acidente. Outro procedimento preventivo são as simulações, inclusive de acidentes, para as quais toda equipe técnica é mobilizada, inclusive efetivos do Corpo de Bombeiros. Acrescentou que, no tocante à proposta de exigência formulada pelo conselheiro Marcelo Manara, de que seja construído centro de triagem e de tratamento de resíduos – o que só se fará necessário se na região não houver outro licenciado em funcionamento e com capacidade de receber os resíduos da obra. Tal exigência, portanto, observou a conselheira, não é de construir, mas, sim, de utilizar um existente, e ela só será formulada com detalhamento à época da concessão da licença de instalação, quando o empreendedor, obrigatoriamente, terá que indicar onde vai colocar os resíduos, em centro existente ou, se for o caso, em centro construído por





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

ele. O **Presidente do CONSEMA** declarou encerrada a discussão e submeteu à votação o Parecer Técnico/CETESB/164/13/IE sobre o EIA/RIMA do “Prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira” (Proc. 100/2012), que indica a viabilidade ambiental do empreendimento. Por vinte e sete (27) votos favoráveis, nenhum contrário e duas (2) abstenções, ele foi aprovado. O conselheiro **Marcelo Pereira Manara** declarou que, embora a proposta de exigência por ele formulada de que seja apresentado estudo de viabilidade para implantação de ciclovias tenha sido alvo de algumas objeções que julgava pertinentes, de todo modo não negava a consistência da exigência de que fosse apresentado estudo de viabilidade para implantação de ciclovias no trecho total da rodovia ou em alguns pontos que beneficiem a população local. O **Presidente do Conselho** concordou com tal solicitação e submeteu à votação a proposta de exigência de que seja apresentado tal estudo, cujo quórum foi de três (3) votos favoráveis, vinte e três (23) contrários e três (3) abstenções. Como resultado dessas votações, teve lugar a seguinte deliberação: **“Deliberação CONSEMA 06/2013. De 24 de abril de 2013. 306ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Aprova o EIA/RIMA do Prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083) – Segmento entre as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes. O Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, no exercício de sua competência legal, em especial da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 2º da Lei 13.507/2009, delibera: Artigo único - Aprova, com base no Parecer Técnico/CETESB/164/13/IE sobre o respectivo EIA/RIMA, a viabilidade ambiental do empreendimento “Prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083) – Segmento entre as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes”, de responsabilidade da Concessionária Rota das Bandeiras, em Campinas e Valinhos (Proc. 100/2012), e obriga o empreendedor a cumprir as exigências, recomendações, medidas mitigadoras e de compensação constantes desses documentos”**. Passou-se, então, ao segundo item da Ordem do Dia, qual seja, o EIA/RIMA do “Sistema Produtor São Lourenço – SPSL”, de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, em Ibiúna, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Embu Guaçu, Cotia, Vargem Grande Paulista, Itapevi, Jandira, Barueri, Carapicuíba e Santana do Parnaíba (Proc. 21/2010). **Sílvio Leifert**, superintendente de gestão do Sistema Produtor São Lourenço, tendo feito ecoar seus cumprimentos pelo aniversário do CONSEMA, introduziu vídeo institucional que sobrevoou todo o traçado do SPSL. Após exibido o vídeo, **Vera Pastorello**, representante da consultoria responsável pela elaboração do EIA/RIMA, fez os destaques que seguem. Relatou que os estudos, desenvolvidos ao longo de quatro anos, foram realizados em duas etapas: uma primeira destinada à seleção das alternativas, e uma segunda, destinada aos estudos ambientais que constituem propriamente o EIA/RIMA. Ministrou que a RMSP é abastecida por oito sistemas produtores, cada qual com sua respectiva área de influência, mas interligados entre si, podendo eventualmente um sistema vir a suprir as necessidades de outro. Ponderou a respeito que a disponibilidade hídrica dos mananciais da Região Metropolitana é insuficiente, nada obstante os projetos de ampliação da capacidade e de redução de perdas, nos quais são investidos duzentos milhões de reais todo ano. Informou que o estudo de concepção do projeto, em sua primeira etapa, avaliou três diretrizes principais: a diretriz de Ibiúna/Cotia, a de Cotia, e a de Guarapiranga, que no total admitiam nove diferentes alternativas de traçado. Ao final dos estudos, uma análise multicritério demonstrou que a alternativa que recebeu o nome de Cotia II, da diretriz Ibiúna/Cotia, que entre outros incluía critérios relacionados à supressão de vegetação, às bacias hidrográficas e à população local, sem olvidar-se da utilização de indicadores técnico-operacionais econômicos e financeiros, apresentou nota ambiental significativamente superior às das demais alternativas, justificando sua eleição. O aprofundamento dos estudos de engenharia – completou – permitiu o aprimoramento do



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

traçado e a minimização dos impactos. Avaliou que a opção do projeto, desde seu início, foi que a obra acompanhasse as vias existentes, de modo que se fizesse possível reduzir as desapropriações e supressões de vegetação, posto que a própria via é utilizada como corredor de circulação do maquinário. A linha de transmissão, que inicialmente se previa tivesse a largura de onze metros da faixa de trabalho para a instalação da linha, foi reduzida para apenas três metros, repercutindo numa redução de 71% da supressão de vegetação e 76% na interferência em APP. Entre os impactos identificados pelos estudos – explicou – encontram-se a interferência no Reservatório Cachoeira de França, que se logrou reduzir ao mínimo; as travessias dos recursos hídricos, num total de cento e cinco, a maior parte delas subterrânea, exigindo, portanto, a construção de desvios dos córregos – observando que a área de trabalho será recomposta após o término da obra; a interferência em 34,03ha, a maior parte junto a estradas vicinais e rodovias. Sobre a intervenção em áreas de preservação permanente, detalhou que 47ha sofrerão interferência decorrente da implantação do sistema hidráulico, e outras quinze da linha de transmissão, algumas delas nas áreas mais urbanizadas ao norte de Vargem Grande Paulista até Santana do Parnaíba, regiões aliás já afetadas em sua condição original. Acrescentou que 72km dos que compõem o projeto encontram-se ao longo de vias públicas, podendo eventualmente trazer transtornos temporários ao tráfego nestas vias. Ao todo serão expropriadas quarenta e cinco famílias – trinta em razão da implantação do sistema hidráulico e as outras quinze em decorrência da linha de transmissão. Noticiou que dezoito programas são previstos para o controle ambiental das obras, obtenção de áreas e realocação das famílias, além da comunicação social, e que o programa de compensação ambiental prevê sete milhões de reais para aplicação em unidades de conservação inseridas na área de influência do empreendimento. Elencou alguns dos principais benefícios que o Sistema Produtor trará para a região: geração de dois mil e quinhentos empregos diretos, ao longo de quatro anos, dinamizando assim a economia de Jujubim; pagamento pelo uso da água ao Comitê do Ribeira, estimado entre cinco e sete milhões de reais ao ano; equilíbrio entre as áreas de influência dos sistemas produtores na Região Metropolitana; maior flexibilidade e melhor segurança na operação do sistema integrado e, por fim, a concretização de políticas públicas existentes desde a década de 1960 e até hoje não levadas a termo. Além disso – concluiu – citem-se a preservação de fragmento de mata nativa adjacente ao empreendimento, com cerca de 17ha, e que se tornará um parque público e a regularização do abastecimento para um milhão e meio de pessoas que habitam o entorno do empreendimento, mediante a liberação das águas do sistema Cantareira e Alto Cotia. Arrematou sublinhando que a equipe responsável pelos estudos entendeu o empreendimento ambientalmente viável e de baixo impacto quando comparado a outros projetos metropolitanos de semelhante porte, como o Rodoanel Mário Covas, e teceu considerações comparativas entre os projetos. Apresentou em seguida Guilherme Oliveira, coordenador dos estudos, que prestaria no momento oportuno os esclarecimentos eventualmente necessários. Passou-se à discussão. Respondendo às questões formuladas pelo conselheiro **Marcelo Pereira Manara**, quais sejam: se o cenário de distribuição de água apresentado para 2018 foi projetado considerando-se tão somente o investimento dessa obra em termos de atendimento ou se estabelecia uma correlação entre esse investimento e as metas de diminuição das perdas atuais; qual a perda atual de distribuição no sistema; se existe em desenvolvimento algum trabalho para atender aos limites estabelecidos pela Política Nacional de Saneamento; se esse cenário considera a composição entre investimento e redução, **Jairo Tardelli**, vinculado à área operacional da SABESP, informou que a empresa possui há muitos anos um programa de redução de perdas e que todos sabem que delas existem dois tipos: as perdas reais, representadas pelos vazamentos, e as aparentes, representadas pelas perdas comerciais. Pontuou que, no contexto dessa discussão, interessam



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

muito as perdas reais, as perdas por vazamentos. Informou que existem na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP 50.000 km de tubulações enterradas, pressurizadas e de várias idades, e são nelas que devem ser localizados e corrigidos os vazamentos. Lembrou serem eles que conferem a pior impressão da empresa, pois são os que ficam escorrendo nas sarjetas, apesar do trabalho de manutenção. Enfatizou que o grande problema enfrentado pela SABESP são os vazamentos que não aparecem – 87% do total – e que são avidamente procurados. Acrescentou que outro importante problema é a substituição das tubulações antigas, que não requer tão somente ações operacionais corretivas, pois exige método, muitas liberações e discussões e cujos investimentos saltaram de 200 para 400 milhões. Respondendo às questões formuladas pelos conselheiros **Maria Auxiliadora Assis Tschirner** (sobre a grande incidência, na região do Atalaia e nas proximidades do Sistema Alto Cotia, de vazamentos e de perdas e de esgoto escorrendo a céu aberto; sobre a ausência de divulgação, pela SABESP, de sua programação, pegando a população desavisada das interrupções em decorrência da execução das obras), **Cristina Maria do Amaral Azevedo** (que formulou duas propostas como condicionantes para a concessão da licença de instalação: primeira, que seja apresentado subprograma de resgate de vegetação; e segunda, que seja estabelecido, como conteúdo do subprograma de resgate e salvamento da fauna, o detalhamento das ações de salvamento, resgate e destinação, que incluam a indicação de centro de triagem e destinação com capacidade para recepcionar adequadamente a fauna apreendida), **Daniel Glaessel Ramalho** (que solicitou informações sobre a intenção de se instituir uma Reserva Particular do Patrimônio Natural- RPPN ou outra categoria de unidade de conservação na área de Morro Grande, em Caucaia do Alto) e **Jeferson Rocha de Oliveira** (que levantou dúvidas e ficou pasmo com o percentual das perdas apresentado pela SABESP). **Jairo Tardelli**, representante da Sabesp, informou que 87% dos volumes das perdas nas redes não afloram à superfície, não se conseguindo ouvi-las nem visualizá-las, e que, no entanto, é necessário procurá-las porque sua identificação, embora uma atividade muito cara, é importante. Acrescentou que o programa de identificação dessas perdas exige que as equipes todos os dias saiam às ruas para procurá-las, o que torna árdua a tarefa de combater os vazamentos, que é exigida de qualquer empresa de saneamento, e não apenas da SABESP. O conselheiro **Jeferson Rocha de Oliveira** comentou que, em visita à Plataforma de Merluza, verificou que o petróleo é enviado do oceano para a Baixada Santista através de um instrumento muito pequeno – um tipo de “cotonete”, e que a SABESP poderia adotar procedimento semelhante para enviar a água, por exemplo, através de pequenas tubulações, valorizando assim esse recurso, na medida em que as perdas poderiam ser bem menores. O conselheiro **Pierre Ribeiro de Siqueira** comentou que os dados demonstram que, no ano passado, na RMSP, que tem 50.000 km, o índice de perdas foi de 26,5%, e “isso significa 2/3 de perda real – e perda real é aquela que sai pelo vazamento, e perda aparente é aquela que, se o hidrômetro de minha casa parou de funcionar, continuo consumindo, só que a SABESP não está faturando; é isso que igualmente acontece, se, por exemplo, a energia cai, o medidor que está na adutora para de funcionar, mas continua passando água dentro da adutora. Essa é a definição de perda aparente”. O conselheiro ofereceu referenciais comparativos com o Japão, precisamente com Tokio, que é uma cidade do mesmo porte que a RMSP, e cujo percentual de perda real é menor; na Região Metropolitana de Tokio o percentual de perda real oscila entre 8 e 10%, enquanto a RMSP ostenta um percentual maior, a saber, de 16,5% e, portanto, pior entre 6 %/ 6,5 %. No entanto, observou, o solo paulista não foi palco de uma Segunda Guerra Mundial e, conseqüentemente, sua infraestrutura não sofreu renovação, e as redes da RMSP são, por conseguinte, mais velhas. O conselheiro **Marcelo Pereira Manara** agradeceu a contribuição oferecida pelo conselheiro Pierre Ribeiro de Siqueira, e observou que os percentuais fornecidos conformam um determinado cenário, e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

que aguardava informações sobre a razão de ser desses índices, que não correspondem àqueles estabelecidos pelo plano de metas da política nacional. O conselheiro **Rui Brasil Assis** considerou esta uma excelente oportunidade para o CONSEMA ver esclarecida a questão extremamente polêmica e complexa que diz respeito às perdas da água e ao seu combate. Referiu que, embora o conselheiro Pierre tenha oferecido importantes informações, pedia ao representante do empreendedor que esclarecesse quando se iniciou a implementação do programa de controle sistemático e permanente das perdas; qual a estimativa de quanto a empresa investiu até hoje e quanto investe por ano; quanto de recuperação efetiva das vazões que o programa de controle de perdas atingiu na RMSP, e, por fim, reiterando a questão que o conselheiro Marcelo Pereira Manara formulou, mas que não foi respondida, qual a meta efetiva para o programa de controle de perdas até o final da década. **Jairo Tardelli**, representante da SABESP, declarou que nesse momento se incrementava o processo de implantação do programa de combate de perdas, que, pela primeira vez, contará com o importante suporte econômico concedido pela JICA – Japan International Cooperation Agency, importante entidade financeira do Japão – e que este dado é importantíssimo, principalmente por serem as atividades do programa muito onerosas. Como foi dito, acrescentou, se trabalhará nesse combate às perdas com recursos da ordem de 400 milhões. Informou ainda que a meta para 2020 é sair de 26 ou 27% para oscilar entre 19% e 20%, na RMSP, e que grande esforço será despendido para obtenção desse resultado, inclusive investindo-se na intensificação das ações estruturais mais pesadas. A respeito do que foi dito em relação à Petrobras, declarou ser importante enfatizar que a SABESP reconhece ser a água um bem precioso para todos e que todo esforço é feito para não desperdiçá-lo. **Guillermo Oliveira**, integrante da equipe de consultoria da Prime Engenharia, esclareceu que o balanço feito demonstra que, com São Lourenço, em 2018, 2020, a RMSP estará bem atendida, com bons índices de regularidade e de abastecimento, e que, portanto, considera que as metas de redução de perdas serão atingidas e, se não forem, continuará tudo como se encontra, ou seja, um cenário tendencioso necessitando de dois “São Lourenços”. Concluiu afirmando que a SABESP está investindo, simultaneamente, em redução de perdas e na ampliação da capacidade de produção, e, caso sejam divididos os 400 milhões pelo número de anos correspondentes ao período de implantação, se verificará que se está investindo tanto ou mais em perdas do que na ampliação da capacidade de produção. **Fernando Kertzman** pontuou que não dispõe dos dados para responder à pergunta formulada pelo conselheiro sobre a Reserva Morro Grande, mas que os buscará, se necessário. Em relação ao Sistema São Lourenço, explicou que ele se insere no programa de metas da Companhia e deve ser alcançado na RMSP até 2020. E, com relação aos problemas relativos à execução das obras, eles se fazem presentes não só na região citada pela conselheira Maria Auxiliadora Assis Tschirner como também em todas as áreas de influência. Acrescentou que, por obrigação imposta ao contratado, o sistema de comunicação previsto é a comunicação à comunidade – colocação de faixas, informações sobre números de telefones para contato e, também, informações aos moradores da rua por onde passará a obra ou cuja área de entorno será também afetada, sempre lembrando que uma falha ou outra inevitavelmente acontecerá. Lembrou também que, além dos canais de comunicação com a SABESP, existem outros, ainda que as limitações não sejam apenas de acesso, mas, também, concernentes à limpeza das ruas e à manutenção das condições da fase de implantação da obra. O conselheiro **Marcelo Pereira Manara** comentou que os esclarecimentos ofertados pelo conselheiro Pierre Ribeiro de Siqueira contribuíram para se ter uma ideia da composição das perdas, e que, eventualmente, a SABESP adotará estratégia diferenciada para o enfrentamento dessa questão. Mas, uma coisa é o Município de São Paulo, que possui mais de 400 anos, enquanto a RMSP é fruto de processo de conurbação iniciado entre 50 ou 80 anos, constituindo





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

um cenário bastante distinto. Enfatizou que sua dúvida diz respeito ao índice de perda específico da cidade e se esse índice constitui ou não limite intransponível para a redução e atendimento daquilo que a política nacional propõe. O conselheiro **João Carlos Cunha** declarou que se posicionava favoravelmente a que se buscasse água em qualquer lugar, porque se trata de vital necessidade. Declarou que aproveitava a presença da SABESP para perguntar sobre o esgoto, porque, se na ida se perde esse percentual de recurso hídrico, é importante saber sobre essa perda no retorno, uma vez que se trata também de serviço prestado pela SABESP. Comentou haver relatado ao Pleno, em reunião anterior, levantamento feito no bairro Perdizes – no qual nasceu há cinquenta anos e onde também cresceu –, não só relacionado com a distribuição da água, como também com a do esgoto, segundo o qual, embora a infraestrutura continue a mesma, a maioria dos imóveis se transformou em prédio, e, por conseguinte, a população tem aumentado significativamente. Portanto, é muito plausível que os lençóis freáticos estejam se alimentando, em um bairro como esse, dos vazamentos. O conselheiro **Olavo Reino Francisco** formulou proposta, como condicionante da licença de instalação – que a SABESP apresente estudo para a criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural–RPPN ou de outra categoria de unidade de conservação–UC, na área do Morro Grande, em Caucaia do Alto. **Jairo Tardelli** explicou ser pequeno o índice de perda no Município de São Paulo – o dado preciso infelizmente não tinha em mãos –, e isso porque, se por um lado há a presença de favelas, cujo consumo de água não se consegue contabilizar nem faturar, o Município possui características diferentes, entre outras, maior rigor na aplicação das normas relacionadas com a execução das obras propriamente ditas, com os licenciamentos e com as autorizações de modo geral. Portanto, talvez em decorrência dessa compensação, o volume retirado do Sistema São Lourenço seja praticamente equivalente “ao uso social da água” praticado nas favelas. Acrescentou que, embora igualmente não tivesse em mãos o índice relacionado com as perdas no tratamento dos esgotos, elas eram significativas, até mesmo porque muitas obras são conduzidas nos fundos de vale. O **Presidente do CONSEMA** declarou encerrada a discussão e colocou em votação, em primeiro lugar, o Parecer Técnico/CETESB/168/13/IE sobre o EIA/RIMA do “Sistema Produtor São Lourenço – SPSL” (Proc. 21/2010), que indica a viabilidade ambiental do empreendimento. Pelo quórum de vinte e sete (27) votos favoráveis, nenhum contrário e três (3) abstenções, ele foi aprovado. Submeteu, então, à votação, a primeira das duas propostas formuladas pela conselheira Cristina Maria do Amaral Azevedo, qual seja, que o empreendedor apresente programa de resgate da vegetação. A proposta, submetida à votação, foi aprovada pelo quórum de trinta e um (31) votos favoráveis, nenhum contrário e uma (1) abstenção. Ato contínuo, foi submetida à votação a segunda proposta apresentada pela conselheira Cristina Maria do Amaral Azevedo, qual seja, estabelecer, como conteúdo mínimo do subprograma de resgate e salvamento da fauna, o detalhamento das ações de salvamento, resgate e destinação, que incluam a indicação de centro de triagem e destinação com capacidade para recepcionar adequadamente a fauna apreendida, proposta esta que foi aprovada pelo quórum de trinta e um (31) votos favoráveis, nenhum contrário e uma (1) abstenção. Submeteu, por último, à votação a proposta formulada pelo conselheiro Olavo Reino, qual seja, apresentar estudo para criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural–RPPN, ou outra categoria de Unidade de Conservação–UC, na área do Morro Grande, em Caucaia do Alto, que foi aprovada pelo quórum de trinta (30) votos favoráveis, nenhum contrário e duas (2) abstenções. Todas essas votações deram lugar à seguinte decisão: **“Deliberação CONSEMA 07/2013 De 24 de abril de 2013 306ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA Aprova o EIA/RIMA do Sistema Produtor São Lourenço – SPSL. O Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, no exercício de sua competência legal, em especial da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 2º da Lei 13.507/2009,**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**delibera: Artigo 1º - Aprova, com base no Parecer Técnico/CETESB/168/13/IE sobre o respectivo EIA/RIMA, a viabilidade ambiental do empreendimento “Sistema Produtor São Lourenço – SPSL, de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, em Ibiúna, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Embu-Guaçu, Cotia, Vargem Grande Paulista, Itapevi, Jandira, Barueri, Carapicuíba e Santana do Parnaíba (Proc. 21/2010), e obriga o empreendedor a cumprir as exigências, recomendações, medidas mitigadoras e de compensação constantes desses documentos.**

**Artigo 2º - Acrescenta às exigências para obtenção da Licença de Instalação-LI listadas no Parecer CETESB referido no Art. 1º, as que seguem: a) apresentar subprograma de resgate da vegetação; b) estabelecer, como conteúdo mínimo do subprograma de resgate e salvamento da fauna, o detalhamento das ações de salvamento, resgate e destinação, que incluam a indicação de centro de triagem e destinação com capacidade para recepcionar adequadamente a fauna apreendida; c) apresentar estudo para criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, ou outra categoria de Unidade de Conservação – UC, na área do Morro Grande, em Caucaia do Alto.”** Passou-se, então, ao terceiro item da Ordem do Dia, qual seja, a Comemoração dos 30 anos do CONSEMA (alocuições de um integrante do primeiro grupo de conselheiros e do atual Presidente do CONSEMA, entrega de brinde comemorativo etc.) O **Presidente do CONSEMA** declarou que passaria a palavra ao Secretário-Executivo, para conduzir essa parte da reunião. O **Secretário-Executivo, Germano Seara Filho**, agradeceu e assim se pronunciou: “Querida inicialmente da honra de, por mais de dois terços desses 30 anos, estar servindo a este Conselho; e queria cumprimentar e parabenizar a todos os presentes, mas também a todos os ausentes, que contribuíram com pertinácia, com generosidade e com espírito público para que ele seja o que é; mas gostaria de lembrar, de modo especial, sobretudo de alguns daqueles que estiveram por trás da sua origem, porque entenderam que a democracia, a inclusão social e a participação são importantes para o processo de governo: o Governador Montoro, de saudosa memória, que foi seu primeiro Presidente; o Prof. Dr. José Pedro de Oliveira Costa, que foi seu primeiro Secretário-Executivo, e veio a ser, depois, o primeiro Secretário de Estado do Meio Ambiente; e o Prof. Dr. Paulo Nogueira-Neto que, na qualidade de representante da SEMA, isto é, chefe da Secretaria Especial de Meio Ambiente federal, integrou o primeiro grupo de conselheiros do CONSEMA. A ele tenho a honra de passar a palavra agora, para sua alocução ao Conselho”. O conselheiro honorário **Prof. Dr. Paulo Nogueira-Neto** se manifestou nos seguintes termos: “Muito obrigado! Eu quero dizer que... agradecer os aplausos e lembrar algumas passagens do Conselho que vão... estão se perdendo na poeira do tempo. No início eram mais ou menos uns dez conselheiros... e ao invés de nós termos, como agora, tudo bem arrumadinho e tal, eram mesas... Então tinha umas mesas... Não era como hoje, os conselheiros bem presididos pelo Presidente Bruno Covas, que está aqui e que nós todos admiramos por várias maneiras..., como ele conduz o Conselho, ouvindo a todos, e é como deve ser. Mas no começo não era bem assim. Então, o Secretário tinha uma opinião e alguns conselheiros tinham opinião contrária, só que esses que tinham opinião contrária se manifestavam às vezes aos berros... Então eles quase que subiam na mesa, e o Secretário ficava assim sem jeito, porque o Conselho é uma coisa que é necessária, é uma contribuição que os presidentes, que as pessoas presentes estão dando para que a governança, como se diz hoje, seja bem executada, ouvindo as opiniões de todos e tal. Mas ele tinha que se defender... e do meio dessa confusão toda eu tive uma conversa com os meus botões. Eu dizia, pensava assim: desse jeito esse Conselho não vai durar muito, porque não é aos berros, aos gritos que as questões são, podem ser bem resolvidas. E passaram-se alguns meses sem reuniões. E, depois, essa parte foi..., o pessoal ficou... ficou, digamos assim, agindo como sempre deveria agir: expressando suas opiniões



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

com calma, de maneira que representa sempre uma contribuição, que pode estar certa ou errada, mas é uma contribuição, e entre as contribuições certas e erradas... Ou seja, havia no Conselho os representantes que representam o Meio Ambiente, e eu, sendo Secretário Especial do Meio Ambiente, naturalmente que eu tinha um relacionamento muito bom com os representantes do Conselho em relação ao meio ambiente. Mas tinha alguns que votavam sempre contra o Governo... Então eu pensava com os meus botões que, no fundo, eles eram anarquistas, porque o que caracteriza os anarquistas (hoje os anarquistas não existem mais, mas, naquele tempo, ainda tinha em São Paulo alguns anarquistas via ascendência italiana e espanhola - eram poucos mas, na história da política existe essa presença). Então eu dizia: se eles são sempre contra, estão agindo como os anarquistas espanhóis que dizem: 'Hay gobierno? Soy contra!'. E isso não representa colaboração nenhuma, pelo contrário! Mas agora o Conselho tem outra orientação, outra composição, e esses poucos anarquistas, que eram dois ou três só, não estão mais juntos no Conselho. E então eu quero, para terminar, dizer que o Conselho deve muito a nosso amigo, o Germano, que, como vocês veem, é uma pessoa que sempre sabe resolver os problemas, de modo humano, sabe fazer com que o Conselho possa trabalhar de uma maneira positiva. E também quero agradecer ao Secretário de Estado Bruno Covas, que também dá ao Conselho a oportunidade de apresentar e contribuir realmente para melhorar as condições ambientais. E, quando eu fui designado Secretário Federal do Meio Ambiente, um título assim muito importante, me deram apenas três salas e cinco pessoas, e mais um General aposentado [risos]... Aliás..., mas era mesmo, era mesmo, e ele tinha sido Governador, tinha uma importância política, mas naquele momento era apenas membro do nosso Conselho, e então ele dizia que, no Norte do Brasil, perto da Venezuela, havia um rio e ali havia um lugar muito bom para se fazer uma estação ecológica. Nós estávamos desenvolvendo um programa de estações ecológicas. Mas aí eu dizia: como o senhor sabe que é bom? - Eu tinha um projeto de fazer lá uma penitenciária [risos], porque lá era uma ilha, e era mais difícil de fugir... Era um lugar onde a Mata Amazônica estava em limite com o extremo norte... Então, realmente era um lugar bom, tão bom que os ingleses ofereceram...[não se ouviu o que foi dito em seguida, porque houve muitos risos]. Na verdade, a penitenciária ele não conseguiu fazer, e até hoje é considerada uma área de transição. Eu ia contar uma série de outros fatos, mas quero mesmo é dizer que sou um professor aposentado da USP e, agora, estou voltando, sob uma nova categoria, a de professor sênior, professor aposentado... Então, no segundo semestre, vou dar um curso sobre os ecossistemas brasileiros, sobre fauna e flora, levantar problemas e apontar soluções. E espero que haja recursos para que o Estado de São Paulo continue sendo um Estado que tenha as mais avançadas e melhores unidades de conservação. Eu dou aqui por encerrado, com meus agradecimentos. Não quero tomar mais tempo. Eu quero dizer que o Conselho tem tudo para continuar influenciando de maneira positiva na chamada 'governança', nesse caso 'governança ambiental', o que é absolutamente básico para que possamos ter um meio ambiente de boa qualidade. Obrigado." Depois dos aplausos, o **Secretário-Executivo do CONSEMA**, desculpando-se com o Secretário-Adjunto Rubens Rizek, declarou que ele mesmo se daria a honra de entregar o brinde comemorativo dos 30 anos do Conselho ao Presidente Bruno Covas, explicando que se tratava de um pedaço de madeira (bambu) que tem embutido um *pen-drive* contendo texto assinado pelo Secretário do Meio Ambiente, seguido de outro, de autoria dele mesmo, Secretário-Executivo; mais um arquivo contendo todas as deliberações emanadas do Conselho ao longo de seus primeiros vinte anos, antecipadas por textos de alguns atores que participaram da construção do CONSEMA nesse período; e um último arquivo contemplando as deliberações editadas ao longo dos últimos dez anos; por fim, a lei que chancelou o Conselho como órgão normativo e recursal e seu decreto regulamentador, mais o regimento interno. Ato contínuo, solicitou ao



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Presidente Bruno Covas procedesse à entrega do mesmo brinde ao conselheiro Paulo Nogueira-Neto, e, nesse ato simbólico, a todos os demais conselheiros presentes, os quais o receberiam das mãos de funcionários. Passou, então, a palavra ao **Presidente do CONSEMA, Bruno Covas**, para sua alocução ao Conselho. O **Presidente** declarou que, quando o Governador Geraldo Alckmin o convidou para ocupar a chefia da Secretaria do Meio Ambiente, ele tinha a certeza de que seria ao mesmo tempo uma honra e um privilégio poder estar à frente desta Secretaria, e que hoje pode certamente dizer que uma dessas honras é participar, não apenas enquanto conselheiro, mas como presidente deste Conselho, o CONSEMA. Enalteceu a tradição histórica desse mesmo Conselho, e ponderou que a presente comemoração era ocasião propícia à reflexão acerca do quanto o Estado de São Paulo avançou nos últimos trinta anos em matéria de Meio Ambiente, buscando sempre compatibilizar o crescimento econômico e a preservação ambiental. Tudo isso somente foi possível – acrescentou – graças à visão de futuro do então governador André Franco Montoro, cujo filho, Ricardo Montoro, passava a partir daquela reunião a integrar o Conselho, o que emprestava ao ato grande simbolismo, trazendo, enquanto representante do SEAQUA e na qualidade de Coordenador do Programa Município Verde-Azul, sua valorosa colaboração ao órgão, como já o fizera antes em outras situações. Agradeceu a todos os conselheiros presentes e a todos quantos um dia o compuseram, de modo particular ao Prof. Paulo Nogueira-Neto que, declarou, honrava ao órgão não apenas com sua experiência de vida e seu trabalho, mas sobretudo com a energia com que contagiava a todos com quem trabalhava, e que, mesmo sem que fosse necessário, fazia questão de se fazer presente às reuniões do Plenário, como também se fazia presente àquelas da Câmara de Compensação Ambiental, onde representa o CONSEMA. A honrosa presença do conselheiro honorário, declarou ao final, não apenas enriquecia o Conselho, mas fazia do órgão paulista referência para todo o Brasil. Saudou ainda o Secretário-Executivo, Germano Seara Filho, ressaltando a “verdadeira simbiose entre a pessoa física do Secretário-Executivo e a pessoa jurídica do CONSEMA”, e manifestou sua gratidão pela “dedicação integral e doação pessoal” dele ao CONSEMA. Agradeceu de modo especial a todos e a cada um dos funcionários do Conselho, cuja atuação no suporte às atividades do órgão era digna de registro, assim como a todos os conselheiros e conselheiras presentes, e convidou-os a tomar parte no conagração pelo aniversário do CONSEMA, participando de um singelo *fingerfood*. E, como mais nada foi tratado, o **Presidente do CONSEMA** declarou encerrados os trabalhos. Eu, **Germano Seara Filho**, Secretário-Executivo do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.